



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

**VOTO Nº 7317/2016**

**INQUÉRITO POLICIAL Nº 0005135-33.2016.4.03.6104**

**ORIGEM: 5ª VARA FEDERAL DE SANTOS**

**PROCURADOR OFICIANTE: FELIPE JOW NAMBA**

**RELATOR: JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO**

**INQUÉRITO POLICIAL. CRIME OCORRIDO À BORDO DE NAVIO. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. NÃO HOMOLOGAÇÃO. INTERESSE DA UNIÃO. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.**

1. Inquérito policial instaurada para apurar suposto crime de furto, no interior de navio atracado no Porto de Santos/SP.
2. O Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, aduzindo que a conduta criminosa não atingiu diretamente a bens, serviços ou interesses da União, já que o navio encontrava-se atracado para operação de carregamento. Discordância do Juiz Federal.
3. Autos encaminhados à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.
4. A Constituição Federal, em seu art. 109, IX, expressamente aponta a competência da Justiça Federal para processar e julgar "os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar".
5. Em razão da imprecisão do termo "navio" utilizado no referido dispositivo constitucional, a doutrina e a jurisprudência construíram o entendimento de que "navio" seria embarcação de grande porte o que, evidentemente, excluiria a competência para processar e julgar crimes cometidos a bordo de outros tipos de embarcações, isto é, aqueles que não tivessem tamanho e autonomia consideráveis que pudessem ser deslocados para águas internacionais. (CC 118.503/PR, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 22/04/2015, DJe 28/04/2015)
6. No caso em exame, não resta dúvida de que a embarcação é considerada de grande porte e com plena capacidade de realização de deslocamento para águas internacionais, o que evidencia o interesse da União e, conseqüentemente, a competência da justiça federal para o seu julgamento.
7. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de Notícia de fato instaurada para apurar suposto crime de furto no interior do navio Helene S, atracado no Porto de Santos/SP.

O Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, aduzindo que a conduta criminosa não atingiu diretamente bens, serviços ou interesses da União, já que o navio encontrava-se atracado para operação de carregamento (fl. 27).

O Juízo Federal, por sua vez, discordou dos argumentos do membro do *parquet*, aduzindo que, de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a situação de potencial deslocamento para águas internacionais não se origina da circunstância de a embarcação estar em movimento (e não atracada), e sim da embarcação de grande porte ter tamanho e autonomia que permitam o deslocamento para águas internacionais. Assim, após consulta realizada na *internet*, e verificando que o navio em questão faz viagens internacionais, entendeu pela competência da Justiça Federal para o caso (fl. 28).

Os autos foram encaminhados à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 28 do CPP c/c com o 62, IV, da LC 75/93.

É o relatório.

Com a devida vênia do Procurador da República oficiante, a atribuição para a persecução penal é do Ministério Público Federal.

A Constituição Federal, em seu art. 109, IX, expressamente aponta a competência da Justiça Federal para processar e julgar "os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar".

Em razão da imprecisão do termo "navio" utilizado no referido dispositivo constitucional, a doutrina e a jurisprudência construíram o entendimento de que "navio" seria embarcação de grande porte o que, evidentemente, excluiria a competência para processar e julgar crimes cometidos a bordo de outros tipos de embarcações, isto é, aqueles que não tivessem tamanho e autonomia consideráveis que pudessem ser deslocados para águas internacionais. (CC 118.503/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI

No caso em exame, não resta dúvida de que a embarcação é considerada de grande porte e com plena capacidade de realização de deslocamento para águas internacionais, o que evidencia o interesse da União e, consequentemente, a competência da justiça federal para o seu julgamento.

Afora o precedente já citado, também merece destaque os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

**CONFLITO DE COMPETENCIA. HOMICIDIO PRATICADO A BORDO DE NAVIO. INCIDENCIA DO ART. 109, IX, DA CF/88. COMPETENCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.**

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES COMUNS PRATICADOS, EM TESE, NO INTERIOR DE NAVIO DE GRANDE CABOTAGEM, AUTORIZADO E APTO A REALIZAR VIAGENS INTERNACIONAIS, EX VI DO INCISO IX, ART. 109, DA CF.

CONFLITO CONHECIDO. COMPETENCIA DO JUÍZO FEDERAL, O SUSCITANTE. (CC 14.488/PA, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 19/10/1995, DJ 11/12/1995, p. 43174)

**PENAL - CONSTITUCIONAL - CRIME CONTRA A SEGURANÇA DE TRANSPORTE MARITIMO - COMPETENCIA.**

COMPETE A JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES COMETIDOS A BORDO DE NAVIOS, INCLUIDOS OS PRATICADOS CONTRA A SEGURANÇA DO TRANSPORTE MARITIMO.

INTELIGENCIA DO ART. 109, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

RECURSO PROVIDO.

(RHC 1.386/RJ, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, Rel. p/ Acórdão Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 16/09/1991, DJ 09/12/1991, p. 18044)

Idêntico raciocínio é adotado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, como no seguinte julgado:

I. Competência para o processo de crime de tráfico internacional de entorpecente apreendido no interior de aeronave que pousou em Município que não é sede de Vara da Justiça Federal: Alegada competência da Justiça estadual (art. 27 da L. 6.368/76): nulidade relativa: preclusão: Precedente. Conforme o decidido no HC 70.627, 1ª T., Sydney Sanches, DJ 18.11.94, é federal a jurisdição exercida por Juiz estadual na hipótese do art. 27 da L. 6.368/76. Corrobora a tese o disposto no art. 108, II, da Constituição, segundo o qual cabe aos Tribunais Regionais Federais "julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição". É territorial, portanto, o critério para saber se ao Juiz federal ou estadual, na hipótese do art. 27 da L. 6.368/76, cabe o "exercício de competência federal"; e, por isso, se nulidade houvesse seria ela relativa, sanada à falta de arguição oportuna. II. **Competência da Justiça Federal: crime praticado a bordo de navios ou aeronaves (art. 109, IX, da Constituição): Precedente (HC 80.730, Jobim, DJ 22.3.02).** É da jurisprudência do STF que, para o fim de determinação de competência, a incidência do art. 109, IX, da Constituição, independe da espécie do crime cometido "a bordo de navios ou aeronaves", cuja persecução, só por isso, incumbe por força da norma constitucional à Justiça Federal. (HC 85059

MS, Relator: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 22/02/2005, DJ 29-04-2005) (Grifei)

Diante do exposto, voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 05 de outubro de 2016.

**Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho**  
Subprocurador-Geral da República  
Titular – 2ª CCR

/DMG